

O poder na Idade Média

Apresentação

Prof^a Dr^a Maria Filomena
Pinto da Costa Coelho

DOI: 10.11606/issn.2318-8855.v10i1p391-395

Este dossiê é resultado do crescimento que os estudos sobre a Idade Média alcançaram no Brasil nos últimos tempos. Uma realidade que abrange a Iniciação Científica, em nível de graduação, mas cuja produção não costuma encontrar canais de difusão, limitados quase sempre às seções de exibição de painéis de alguns congressos. Entretanto, é notória a qualidade da pesquisa dos trabalhos sobre o período medieval que têm sido produzidos nesse estágio inicial da vida acadêmica, o que me levou a propor à Epígrafe a iniciativa que ora tenho o prazer de apresentar. Aquilo que nasceu como impressão confirmou-se: houve uma resposta entusiasmada à chamada da revista, pelo que se registra a necessidade de propiciar uma divulgação mais eficaz do bom trabalho que os diversos laboratórios e núcleos de pesquisa vêm realizando no país.

Do ponto de vista temático, a chamada incidiu sobre a concepção e o exercício do poder na Idade Média. Tal proposta teve por objetivo reunir textos resultantes de pesquisas baseadas tanto em documentos históricos como em interpretações historiográficas, problematizando o passado por meio do entrelaçamento dessas duas dimensões narrativas. No que se refere ao poder, pretendia-se alargar o

Prof^a Dr^a Maria Filomena Pinto da Costa Coelho

horizonte conceitual, indo além de modelos explicativos centrados nas estruturas de tipo estatista e institucionalista, que reconhecem a monarquia e a igreja como únicos agentes legítimos do poder público, por meio de ações de tipo burocrático e impessoal. De outra forma, desejava-se ampliar as maneiras de compreender os modelos e as práticas de poder, segundo tipologias pluralistas, muito mais de acordo com as concepções medievais de poder. Assim, este dossiê deu preferência, por exemplo, a trabalhos que estudam lógicas de poder manifestadas por meio de redes e grupos de interesses de tipo familiar/artificial/espiritual, inclusive no seio da monarquia e da igreja, como instrumento fundamental na construção das instituições políticas.

Depois de devidamente submetidos a “avaliação cega”, selecionaram-se quinze artigos que, respondendo à problemática central, propõem reflexões em torno de diversos aspectos atinentes à construção das instâncias do poder e de suas instituições. Nesse sentido, ressalta-se a forma como todas as contribuições assumiram o entrelaçamento profícuo entre o político e a política, entre concepções modelares e práticas.

O dossiê inicia pela instituição do matrimônio, assentada na longa duração de uma perspectiva que tem certa concepção de natureza e comportamento femininos como pedra angular. Assim, Mariana Soares Gama de Amorim recua ao século III, com “Gênero e virgindade no *de Habitu Virginarum* (248-249) de Cipriano de Cartago: imagens e discursos no início do cristianismo”. Segue-se a contribuição de Ana Clara Cordeiro de Oliveira, que acrescenta à problemática anterior os desafios colocados ao casamento pela sociedade aristocrática, com o texto “O poder do matrimônio no Medievo: repercussões sobre o controle do homem, da mulher e a sociedade de títulos”. Também no que se refere ao domínio sobre os corpos, Arthur Rocha Martins

Rodrigues Teixeira apresenta o artigo “Entre sexualidade e jurisdição: discursos sobre homossexualidade nos penitenciais dos séculos XI-XII”.

A sociedade dos cristãos, entendida como comunidade política (cristandade), formulou-se e construiu-se por meio de acepções e de práticas auto-referenciais, mas, também, por contraste àqueles que, por professarem uma religião distinta, eram identificados como “o outro”. Esse é o caso dos judeus, abordados por Rafael Bello Bendl, em “Relações sociopolíticas entre judeus e cristãos durante a Primeira Cruzada”, que examina o problema no âmbito urbano alemão do final do século XI. Ainda relativamente à questão da comunidade política, as cidades italianas constituem um universo de experimentação, onde se entrelaçam as esferas laica e eclesiástica, como propõe Lorene Correia Santos, em seu estudo “O governo das *signorie* na Crônica de Salimbene de Parma”.

A igreja foi monumentalizada pela historiografia, transformando-se na ‘instituição por excelência’ da Idade Média. Nesse sentido, os artigos que se dedicam especificamente aos temas eclesiásticos mostram a importância de se desnaturalizarem alguns pressupostos bastante arraigados na tradição interpretativa, como é o caso da proposta de Vítor Boldrini, intitulada “Os escritos episcopais e monásticos enquanto vestígios das movimentações políticas e sociais de Folcuíno de Lobbes (935-990) e Ratério de Verona (890-974)”, que evidencia a importância de se explorar novos ângulos para explicar os cenários políticos. Da mesma forma, a historiografia das universidades merece atenção como se nota pelos textos de Cássia Luana de Freitas Moreira, “A fundação da Universidade de Toulouse: as relações entre o papado e as forças locais toulouseanas, no século XIII (1209 a 1229)” e de Sílvio Augusto da Silva Ramos Júnior, “Entre concessões e alianças: a articulação entre o bispo de Toulouse e Domingos de Gusmão no combate aos cátaros no Languedoc

Prof^a Dr^a Maria Filomena Pinto da Costa Coelho

(século XIII)". Este último abarca ainda outro tema de caráter geográfico/historiográfico, o sul da França, afetado por perspectivas cataristas/regionalistas/nacionalistas que merecem estudos mais 'desencantados'. Se esses artigos chamam a atenção para o potencial de análises mais afeitas às práticas e estratégias políticas dos atores históricos, a contribuição de Eduardo Lima de Souza, "A palavra como remissão da alma (Portugal no século XV)", retoma a importância de considerar as elaborações teóricas e modelares, uma vez que é justamente por meio da retórica e de sua difusão e adaptação à piedade popular que se legitimam as práticas.

A monarquia é outra das instituições "por excelência", muito embora frequentemente a historiografia considere que, na Idade Média, ela 'ainda' não atingiu as capacidades "necessárias" para realizar "seu papel" na história. A fusão entre as ideias de Estado e de monarquia, entre outros problemas interpretativos, acaba por reduzir muito e descaracterizar as especificidades do poder público medieval. Os artigos dedicados a esse problema, embora partindo de geografias e temporalidades muito distintas, a Escandinávia do século IX e a Castela do século XV, possibilitam entrever como as análises do passado podem revelar quadros mais complexos, ao descartarem pressupostos weberianos, muito pouco operativos para a Idade Média. É essa a impressão transmitida por Guilherme Tavares Lopes Balau e Rodrigo Kmiecik, em "Monarquias cristãs na Escandinávia medieval: as relações de poder na *Óláfs saga Tryggvasonar* de Oddr Snorrason", por Cássio Lopes Aquino, em "Álvaro de Luna: a construção política da imagem do valido (Castela, século XV)", por Gabriel Soledade Pereira Lima, em "Desterro, legitimidade e distribuição de poder: o panorama político entre os reinados de Juan II e Enrique IV de Castela (1445-1454)", e por André Luís Ferreira da Rosa Júnior, em "O valido Beltrán de La Cueva e as ligas nobiliarias no

reinado de Enrique IV (1454-1474)".

Registra-se, ainda, a proposta de Andréa Grion Hungaro, "A guerra como estrutura: sua influência nas relações de poder no final da Idade Média e na Idade Média Tardia", que, tal como o título sugere, pretende testar algumas possibilidades interpretativas de longa duração, aliando a perspectiva da história à de outro campo do conhecimento, as relações internacionais.

Por último, Rudyard Resende Vera, por meio do artigo, "Portugal 1300: poder e escassez no final da Idade Média", oferece uma amostra da fecundidade das iniciativas que vêm sendo desenvolvidas nos laboratórios e grupos de pesquisa, a que nos referimos no começo desta apresentação.

Desejo a todas(os) uma boa leitura!

Maria Filomena Coelho

Programa de Estudos Medievais (PEM-UnB)

Universidade de Brasília (UnB)